

**A GESTÃO DEMOCRÁTICA EM FOCO:**  
CONTRIBUIÇÕES DAS PUBLICAÇÕES NA RBPAAE NOS ÚLTIMOS 10 ANOS (2016/2025)

Luciana da Silva Hilger<sup>1\*</sup>

Sandra Simone Höpner Pierozan<sup>2\*\*</sup>

**RESUMO**

Este trabalho analisa as contribuições das publicações da Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAAE) nas discussões sobre gestão democrática no período de 2016 a 2025. De natureza qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, este estudo contextualiza a RBPAAE, revista vinculada à Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), como um meio de divulgação científica do campo da administração e políticas educacionais, consolidado na comunidade acadêmica. Os achados evidenciam que as publicações sobre gestão democrática estão presentes, demonstrando a importância do tema, bem como de temáticas associadas a ele. As produções revelam tensionamentos e a luta pelo fortalecimento da gestão democrática. A RBPAAE funciona como um veículo de divulgação e um meio de defesa e fortalecimento da educação pública.

Palavras-chave: gestão democrática; RBPAAE; divulgação científica; políticas educacionais

## 1 INTRODUÇÃO

A gestão democrática na educação é uma garantia legal em nosso país. Embora a sua aspiração seja anterior à promulgação da Constituição Federal (CF), em 1988, a partir desse marco legal foram ampliados os debates sobre como colocá-la em prática. Decorridas algumas décadas, entendemos que é necessário revisitar os estudos que têm, como foco, a gestão democrática e para as direções apontadas por tais investigações.

Neste sentido, compreendemos que a publicação em periódicos e revistas especializadas mostram-nos a importância da comunicação científica. Na perspectiva de Freire (2014), nenhum processo comunicativo é neutro; pelo contrário, toda comunicação carrega consigo uma intencionalidade e posiciona-se em favor de determinados princípios ou projetos sociais.

---

<sup>1\*</sup> Luciana da Silva Hilger, Graduada em Pedagogia - UnC. Especialista em Educação Infantil e Anos Iniciais – IBPEX. Especialista em Gestão Escolar: Direção, Coordenação e Supervisão Educacional - UFFS. Mestranda em Educação – UFFS. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa Educação e Democracia - GEPED - UFFS. Educadora da rede municipal de ensino de Concórdia - SC: Educação Infantil - CMEI e Pré-Escola. E-mail: lucianaelush@gmail.com

<sup>2\*\*</sup> Sandra S. H. Pierozan, Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Docente da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Erechim (RS). Atua no Programa Profissional de Pós-Graduação em Educação (PPGPE) e no curso de Especialização em Gestão Escolar: Direção, Coordenação e Supervisão Escolar, ambos no campus Erechim, além de integrar o Programa de Pós-Graduação em Educação, campus Chapecó (SC). E-mail: sandra.pierozan@uffs.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5127898896533594>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0720-8325>.

Dessa forma, a comunicação acadêmica carrega um propósito que vai além da apresentação de dados à comunidade científica, pesquisadores, educadores e gestores, pois, ao apresentar desafios e perspectivas, atua para o fortalecimento da gestão democrática.

Meadows (1999), ao analisar a trajetória das publicações científicas, revela que, com o passar dos anos, houve um aumento exponencial de publicações, impulsionando a criação de novos veículos de comunicação científica. A criação de periódicos ou revistas foi um passo importante para a “formalização do processo de comunicação” (Meadows, 1999, p. 7). Nesse cenário, periódicos mantidos por entidades reconhecidas assumem centralidade, como ocorre com a RBPAE. Tais periódicos garantem rigor, qualidade e credibilidade às suas publicações.

Dessa forma, buscamos analisar como foi apresentada a gestão democrática nas publicações da Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE), por considerá-lo um canal de publicação significativo para a comunidade interessada em políticas e administração educacional. A revista está vinculada à Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), que acompanha e reflete a luta da sociedade brasileira por uma efetiva democratização da educação.

O presente estudo, de natureza qualitativa e de caráter bibliográfico e documental, analisou as contribuições das publicações da RBPAE nas discussões sobre gestão democrática nos últimos 10 anos (2016-2025).<sup>3</sup> Ele estrutura-se em três seções organizadas da seguinte maneira: a primeira contextualiza a RBPAE quanto à divulgação científica no campo da administração e políticas educacionais, bem como papel da ANPAE nesse contexto; a segunda descreve os caminhos metodológicos e principais achados deste estudo; e a terceira destaca temáticas expressivas relacionadas à gestão democrática, evidenciando ameaças e aspectos para o fortalecimento de práticas de gestão democrática. Ao final, são apresentadas as considerações finais.

## **2 A REVISTA REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO (RBPAE) E SUAS CONTRIBUIÇÕES NO CAMPO DA EDUCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR**

A Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE), veículo oficial da ANPAE, consolidou-se historicamente como um dos principais espaços de circulação e maturação do pensamento crítico sobre a gestão educacional no Brasil. Mais do que um repositório de pesquisas, a revista atua como um termômetro das tensões que configuram o campo educacional, que é um território marcado por constantes conflitos e disputas ideológicas. Esses embates não são meramente teóricos; elas ocorrem em torno de projetos de sociedade, concepções de Estado e práticas pedagógicas que buscam hegemonia.

Ao longo das décadas, a RBPAE tem registrado como diferentes correntes buscam perpetuar os seus conceitos para orientar as políticas públicas. Observamos, por exemplo, o embate entre a racionalidade técnica e burocrática, típica do período militar e do avanço

---

<sup>3</sup> Esta pesquisa contou com o suporte de ferramentas de Inteligência Artificial Generativa para a sistematização do arcabouço documental, conforme as diretrizes de transparência estabelecidas pela **Portaria CNPq nº 2.664/2026**. O recurso foi empregado para auxiliar na organização dos dados e síntese preliminar dos conteúdos dos artigos selecionados na RBPAE, bem como no suporte linguístico do texto. Ressalta-se que todo o processamento realizado pela IA passou por rigorosa conferência manual. A IA atuou como recurso técnico, mantendo-se a autoria humana sobre a estrutura lógica, as inferências teóricas e as conclusões da pesquisa.

capitalista, e as resistências democráticas. Atualmente, esse cenário de disputa reflete-se nas páginas da revista por meio das análises sobre o avanço do conservadorismo e a sua estreita articulação com a agenda neoliberal, evidenciando que o debate sobre a administração escolar é, sobretudo, um embate político pela definição dos rumos da educação pública. Nesse contexto, a RBPAE ocupa lugar de destaque ao difundir pesquisas que problematizam políticas, práticas de gestão e tendências que incidem sobre a escola e os seus processos administrativos.

A RBPAE discute temáticas emergentes e relevantes na área de políticas e administração educacional. Ao longo de sua existência, tem acompanhado os principais debates na área da educação e pode ser considerada também como um registro histórico dos movimentos e discussões nessa área. Aos gestores, educadores e pesquisadores, contribui com a divulgação de conceitos, teorias, experiências e problematiza a realidade educacional brasileira. A troca de experiências vai além das fronteiras de nosso país, tendo publicações de artigos nos idiomas inglês e espanhol. Atualmente, a revista é publicada e disponibilizada eletronicamente, permitindo fácil acesso e divulgação.

A RBPAE, fundada em 1983, é hoje um dos mais importantes periódicos editados na área da Educação e tem uma longa história de contribuições, especialmente em sua articulação com a Associação Nacional de Política e Administração da Educação, ambas com forte atuação no campo das políticas educacionais no país. As contribuições da revista para a área têm agregado qualidade substantiva à publicização do conhecimento científico no campo educacional, sobretudo para os estudos sobre política e administração da educação. (RBPAE, 2026).

Nesse cenário, as pesquisas em educação configuram-se num instrumento de enfrentamento, visto que, pela produção de novos conhecimentos, pelo reconhecimento de experiências bem sucedidas e até mesmo pela denúncia, desafiam discursos apresentados como verdades absolutas.

A gestão escolar tem sido um dos principais alvos dessas disputas. As práticas associadas à Nova Gestão Pública (NGP), por exemplo, tensionam e, por vezes, colocam a gestão democrática em risco, ao reproduzirem uma gestão empresarial, enquanto a gestão democrática, assegurada na legislação federal (Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases n. 9394/96, Plano Nacional de Educação), permanece, muitas vezes, apenas como referência formal.

Nesse contexto, insere-se o foco de investigação do presente estudo: as publicações da Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE) associadas à gestão democrática publicadas nos últimos 10 anos (2016-2025), compreendendo como a revista tem contribuído para o debate e para o fortalecimento de práticas democráticas na administração escolar.

Inicialmente, denominada de “Revista Brasileira de Administração da Educação”, a RBPAE, que é vinculada a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), passou por adequações desde a sua criação, as quais refletem não somente um ajuste semântico, mas, principalmente, “reflete distintos saberes, costumes, epistemologias, compromissos políticos e práticas sociais em matéria de políticas públicas e gestão da educação” (Sander, 2007, p. 3). A RBPAE configura-se hoje num canal de publicação consolidado, com público leitor constituído especialmente por pesquisadores, gestores educacionais e educadores.

[...] em 1964, a Associação publica os Cadernos de Administração Escolar (1964-1982), promovendo a divulgação de trabalhos sobre a área. A partir de 1983, o periódico passa a ser uma revista com distribuição semestral e com o compromisso de fomentar as discussões da administração em educação. (Silveira e Araújo, 2015, p. 705/706).

As mudanças no decorrer de mais de quatro décadas retratam o constante movimento e o envolvimento nas discussões que ocorreram no cenário educacional. O periódico reafirma o seu compromisso, expresso em seu objetivo/missão, que é de

[...] difundir estudos e experiências educacionais e promover o debate e reflexões em torno de questões teóricas e práticas no campo da gestão da educação e seus processos de planejamento e de formulação e avaliação de políticas educacionais no âmbito dos sistemas de ensino, escolas, universidades e outros espaços públicos de educação e formação cidadã. (RBP AE, 2026).

Estudos anteriores, como Sander (2007); Silva, Farias e Rothen (2015) e Silveira e Araújo (2015), destacam e analisam o percurso histórico da RBP AE e a sua consolidação como uma publicação genuína e expressiva. Tais estudos demonstram a importância de sua trajetória na defesa de direitos e da educação pública, laica, gratuita e de qualidade para todos.

Cabe destacar que a ANPAE, associação criadora e responsável pela publicação da RBP AE, atua desde 1961. É a mais antiga associação de administradores educacionais da América Latina.

A primeira associação brasileira de pesquisadores e professores universitários de educação depois da Associação Brasileira de Educação (ABE) fundada no âmbito do movimento renovador dos Pioneiros da Educação no início da década de 1930. [...] foi concebida com a missão de lutar pelo exercício do direito à educação de qualidade para todos, através de sua participação na formulação de políticas públicas de educação e na **concepção e adoção de práticas de gestão democrática**, alicerçadas nos princípios e valores da solidariedade e justiça social e da liberdade e igualdade de direitos e deveres na educação e na sociedade. Nesse contexto, a nova entidade educacional, que na época se propôs a congregar estudiosos e professores universitários de administração escolar, foi ponto de partida para uma renovada atuação da sociedade civil organizada no campo específico da política e do governo da educação no Brasil e seus processos de planejamento e avaliação. (Sander, 2007, p. 1-2) Grifo nosso.

A atuação da ANPAE é marcada pela defesa dos direitos e de uma educação de qualidade. Por ocasião do XXX Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, o então presidente da ANPAE, manifestou-se a sobre o percurso da entidade, salientando a defesa de uma gestão democrática. Na oportunidade, reiterou que uma sociedade democrática pressupõe uma educação democrática e vice-versa (Oliveira, 2021). Nas palavras de Romualdo Portela de Oliveira<sup>4</sup>:

Somos uma associação esperançosa, no sentido freireano do termo. Muitos dos que aqui estão sabem o quanto lutamos para construir uma Anpae alinhada com a defesa da educação pública, democrática, laica e de qualidade para todos, que se integra nas

<sup>4</sup> Romualdo Portela de Oliveira, Presidente da ANPAE no exercício de 2019 a 2021 em Discurso de abertura XXX Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação. Intitulado “ANPAE - 60 anos de luta pela educação pública”, que ocorreu de 31 de agosto a 17 de setembro de 2021 de forma virtual. (ANPAE, 2026).

lutas democráticas da sociedade brasileira, sabendo que o futuro sempre é incerto e depende, em grande parte, de nossa ação hoje. (Oliveira, 2021, p. 1533-1534).

Sander (2007) assinala que a ANPAE esteve presente nos momentos mais marcantes da educação brasileira, contribuindo para a formação do pensamento pedagógico em nosso país, além de ser mantenedora da RBPAE, que pode ser vista “como veículo por excelência de divulgação dos resultados de pesquisas e ensaios especializados e de experiências inovadoras em matéria de política e gestão da educação e seu processos de planejamento e avaliação” (Sander, 2007, p. 2).

Neste sentido, Silveira e Araújo (2015, p. 706) afirmam que a entidade desempenha um “papel significativo de difusão e legitimação do conhecimento produzido nesse campo.”

Isso se dá na medida em que os envolvidos tensionam a realidade educacional, debatem-na e, em suas reuniões estaduais, regionais e nacional, dialogam sobre o que significa analisá-la como parte constitutiva do cenário educacional por seu papel de agente mobilizador, aglutinador e divulgador do conhecimento sobre política e gestão da educação, cuja construção e existência se dão na inter-relação com outras instituições. (Silveira e Araújo, 2015, p. 706).

Em consonância com Sander (2007) e Silveira e Araújo (2015), reafirmamos que a ANPAE constitui-se numa das mais importantes entidades científicas no campo educacional. Além de seu caráter pioneiro, consolidou-se, no decorrer dos anos, como uma representante da sociedade civil e dos trabalhadores e pesquisadores da educação, sendo que esse protagonismo é fator determinante para a criação e o fortalecimento da RBPAE.

Esse ambiente renovador propiciou o nascimento da Revista Brasileira de Administração da Educação, hoje Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE), periódico de debate científico da ANPAE e veículo de opinião e divulgação de pesquisas e experiências no campo da política e da gestão da educação. O projeto de lançamento da Revista, preparado por Benno Sander e Maria Beatriz Luce, respectivamente presidente e vice-presidente da ANPAE, foi aprovado em fevereiro de 1981 na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, pela Assembléia Geral Extraordinária comemorativa do vigésimo aniversário de fundação da Associação. No primeiro semestre de 1983 foi distribuído o primeiro número da Revista, sob a direção editorial de Maria Beatriz Luce (UFRGS). Desde o seu nascimento, a Revista tornou-se o projeto prioritário da ANPAE, como veículo especializado de socialização do conhecimento e de práticas inovadoras em matéria de política e gestão da educação e seus processos de planejamento e avaliação. (Sander, 2007, p. 6).

Atualmente, a ANPAE consolidou a sua presença no meio digital por meio de portal eletrônico destinado à divulgação de eventos e publicações. Conta com editora e publicação de materiais apresentados em Seminários Regionais. Desde 2020, além da RBPAE, também publica a Revista da Educação Básica. Todos os materiais são publicados eletronicamente, garantindo a democratização e acesso livre e gratuito à comunidade.

Dessa maneira, entendemos que a RBPAE é uma publicação de grande relevância para compreender os movimentos a respeito da gestão democrática nos últimos 10 anos. A seguir, apresentaremos os principais achados de nosso estudo, bem como os caminhos metodológicos percorridos.

### **3 GESTÃO DEMOCRÁTICA E SUAS REPRESENTAÇÕES NAS PUBLICAÇÕES DOS ÚLTIMOS 10 ANOS (2016 A 2025) NA RBPAE**

A gestão democrática na educação constitui um projeto que está em constante construção e, por vezes, desconstrução. Embora consolidada na Legislação Federal, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, após um processo histórico de lutas da sociedade civil para a democratização, a democracia é relativamente recente em nosso país e esse contexto apresenta-se também dentro da escola. Viemos de um longo processo ligado ao colonialismo, que sempre favoreceu as elites do país. Essa cultura está enraizada e, frequentemente, normalizada em nossos costumes e nos sistemas de governo.

Dessa forma, tanto a democracia quanto a gestão democrática da escola são práticas que exigem um fortalecimento contínuo. Não se trata apenas de uma garantia legal, mas também, e primordialmente, “tomar consciência das condições concretas, ou das contradições concretas, que apontam para a viabilidade de um projeto de democratização das relações no interior da escola” (Paro, 2023, p.44). Portanto, a própria consciência democrática está em processo de construção.

A democracia é desconstruída quando o seu exercício é reduzido a uma formalidade legal. Existem correntes ideológicas que apontam para o fracasso da democracia; no entanto, são essas mesmas vertentes que atuam para o favorecimento das elites em nosso país e contra a democratização e acesso ao conhecimento, visando manter a fragmentação social e a manipulação das massas.

Nesse contexto, o presente estudo justifica-se pela necessidade de conhecer as pesquisas e problemáticas acerca da gestão democrática na educação, permitindo identificar os conflitos e aspectos que atuam pró e contra a gestão democrática na educação. De natureza qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, esta investigação objetiva analisar as contribuições das publicações da RBPAE nas discussões sobre gestão democrática nos últimos 10 anos (2016-2025).

De início, realizamos um levantamento de dados em busca do descritor “gestão democrática” nos títulos e palavras-chaves das publicações da RBPAE. Optamos por incluir os termos “participação” e “conselho escolar/colegiado”, por entender que a discussão sobre esses conceitos está estritamente relacionada à gestão democrática. Definimos um recorte temporal de 10 anos à nossa busca, possibilitando uma análise sobre a problemática acerca do tema na década considerada. As buscas foram realizadas diretamente no endereço eletrônico da RBPAE, onde as edições completas das revistas analisadas estão disponíveis.

Após a busca por esses descritores em títulos e palavras-chaves, analisamos o resumo, a introdução e a conclusão dos artigos. Nesse ponto, excluimos artigos que não apresentavam relato de experiências brasileiras e incluímos artigos que apresentavam termos similares como “Gestão Educacional” e “Gestão e democracia” e “Gestão por resultados e participação da comunidade escolar”, por analisarmos que estavam dentro da temática de estudo. Os dados coletados serviram para compor a base de dados, em que elencamos abordagens conceituais, achados e limitações das pesquisas apresentadas nas publicações, bem como referencial teórico e tipos de pesquisa. Neste texto, não discutimos a totalidade das publicações encontradas, considerando que todas têm relevância para o tema em questão. Selecionamos algumas para ilustrar as nossas reflexões, indicando que o conjunto completo de dados será aprofundado em trabalhos futuros.

Quadro 1 - Publicações sobre “Gestão Democrática” na RBPAE (2016-2025)

No.	Título do artigo	Ano e volume da publicação	Autores	Palavras-chave	Abordagem investigativa	Perspectivas da gestão democrática
1	A regulamentação para eleição de diretores na Rede Municipal de Porto Alegre: gestão democrática à prova	2025 V. 41 n. 1	Juliana Hass Massena, Mateus Saraiva, Guilene Salerno, Maria Beatriz Luce	Eleição de diretores, gestão democrática, política educacional	Pesquisas Documentais / Estado do Conhecimento	Aborda o conceito de gestão democrática, referenciando Lima (2014) e o apagamento dos princípios da gestão democrática. A análise documental indica uma concepção restrita de educação que vincula o mandato dos diretores a resultados da avaliação externa, colocando a gestão democrática à prova.
2	A insuficiência das normas sobre a Gestão Democrática da Educação Pública no Brasil.	2025 V. 41 n. 1	Ângelo Ricardo de Souza	Gestão Democrática, Gestão Educacional, Educação Pública, Política Educacional	Pesquisas Documentais / Estado do Conhecimento	Como um princípio que, embora legalmente garantido, carece de normas que definam como ele deve ser implementado, gerando uma insuficiência normativa.
3	Limites e possibilidades da gestão democrática: uma análise a partir do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	2024 V. 40 n.1	Josilene de Fátima Cardoso de Sá; Daniel Calbino Pinheiro; Geruza Tomé Sabino	Democracia radical, Participação, Gestão escolar	Pesquisas de Campo / Estudo de Caso/Relato de Experiência	Como um processo que vai além do cumprimento da lei (eleições e conselhos), exigindo uma democracia radical que envolva o cotidiano escolar.
4	Gestão democrática, poder local e o planejamento educacional de municípios pernambucanos	2024 V. 40 n. 1	Janete Maria Lins de Azevedo, Luciana Rosa Marques, Alfredo Gomes	Gestão Democrática da Educação, Poder Local, Planejamento Educacional, Plano Municipal de Educação, Região Metropolitana do Recife	Pesquisas Documentais / Estado do Conhecimento	Aborda como uma conquista constitucional que sofre tensões no âmbito local.
5	Militarização de escolas e a gestão democrática: os sentidos da desdemocratização do ensino público	2023 V. 39 n.1	Janaina Moreira de Oliveira Goulart, Daniela Patti do Amaral	Militarização de escolas, gestão democrática, desdemocratização	Pesquisas de Campo / Estudo de Caso/Relato de Experiência	Apresenta a gestão democrática como um princípio constitucional (Art. 206) que é esvaziado pela lógica militar, a qual prioriza a hierarquia e a disciplina em vez da autonomia pedagógica.
6	O projeto gestão democrática na rede pública de ensino do estado de São Paulo como estratégia de apaziguamento e de convencimento	2023 V. 39 n.1	Andreza Barbosa; Eric Vellone Coló; Renata Cristina Oliveira Barrichelo Cunha; Marcos Luis Gomes	Gestão escolar, gestão democrática, política educacional, projeto gestão democrática, estado de São Paulo	Pesquisas Documentais / Estado do Conhecimento	Apresenta a gestão democrática não como um fim em si, mas como um discurso instrumentalizado pelo Estado para fabricar consensos e gerir conflitos sociais.
7	O (des)cumprimento dos Planos Municipais de Educação com a gestão democrática	2023 V. 39 n.1	Almir Paulo dos Santos	Gestão Democrática, Legislação, Regulação	Pesquisas Documentais / Estado do Conhecimento	Como um princípio constitucional que depende de regulamentação local para ser efetivado, mas que encontra barreiras políticas nos municípios.
8	(Indi)gestão democrática e (de)formação de gestores escolares por agentes privados	2023 V. 39 n.1	Simone de Fátima Flach, Michelle Fernandes Lima	Gestão democrática. Processos de privatização. Formação de gestores escolares. Agentes privados.	Estudos Teóricos / Ensaísticos	É vista como um princípio em disputa. Os autores usam o termo "(Indi)gestão" para mostrar como a lógica privada "não desce bem" ou colide com os princípios democráticos da escola pública.
9	Organização e participação dos pais/responsáveis numa perspectiva de qualificação da	2022 V. 38	Márcia Saraiva Prudencio, Eduardo Augusto Moscon Oliveira	Gestão Democrática. Participação. Pais ou Responsáveis	Pesquisas de Campo / Estudo	É vista como um princípio que exige a abertura da escola para a comunidade. Os autores defendem que a gestão não é

	gestão democrática: análise dos limites e perspectivas nas realidades brasileira e americana				de Caso/Relato de Experiência	democrática se a participação dos pais for apenas "para ajudar" e não "para decidir".
10	Paulo Freire: gestão democrática em três formações	2021 V. 37 n.2	Sonia Maria Portella Kruppa, Sílvia Andrade da Silva Telles, Aline Aparecida Angelo	Educação, gestão democrática, diálogo, movimento social, transformação social	Pesquisas de Campo / Estudo de Caso/Relato de Experiência	Aborda como um processo pedagógico e político indissociável. A gestão não é apenas administrativa, mas uma forma de educar para a democracia através do diálogo e da decisão coletiva.
11	Paulo Freire e a gestão democrática como política educacional: oposições ao neoliberalismo	2021 V. 37 n.2	Daianny Madalena Costa, Fernanda Paulo	Paulo Freire. Políticas educacionais. Gestão democrática. Neoliberalismo	Estudos Teóricos / Ensaísticos	Como uma estratégia de resistência política.
12	Gestão educacional em Paulo Freire: educação política e democrática	2021 V. 37 n.2	Leonardo Carvalho de Souza, Samira Krupek Donaire, Sandra Garcia Neves	Educação Política e Democrática, Ensino-Aprendizagem, Participação.	Estudos Teóricos / Ensaísticos	É apresentada como uma prática educativa. Para os autores, gerir de forma democrática é uma forma de garantir que a escola cumpra sua função social e política de libertação.
13	Gestão democrática da escola: mais Freire, nunca menos	2021 V. 37 n.2	Valdo Hermes Barcelos, Maria Aparecida Azzolin	Legado freireano; Gestão democrática; Paulo Freire	Estudos Teóricos / Ensaísticos	Aborda como uma postura de vida e um compromisso ético.
14	Militarização de escolas públicas: reflexões à luz da concepção freireana de gestão democrática da educação	2021 V. 37 n.2	Miriam Fábria Alves, Lívia Cristina Ribeiro dos Reis	Paulo Freire; gestão democrática; militarização de escolas públicas	Pesquisas Documentais / Estado do Conhecimento	Apresenta a gestão democrática como um processo de humanização e dialogicidade, que é o oposto direto da estrutura de comando-controle militar.
15	Paulo Freire e gestão democrática: aproximações epistemológicas e formativas	2021 V. 37 n.2	Rodrigo Soares Guimarães Rodrigues, Luana Rosa de Araújo Silva	Gestão Democrática, Paulo Freire, Emancipação e Conscientização	Estudos Teóricos / Ensaísticos	Aborda como uma epistemologia da prática, onde o ato de gerir é também um ato de conhecer e transformar a realidade através do diálogo.
16	"Não quero seguidores": reflexões críticas de base freiriana à gestão democrática	2021 V. 37 n.2	Rosimar Serena Siqueira Esquinsani	Paulo Freire. Gestão democrática do ensino público. Materialidade	Pesquisas Documentais / Estado do Conhecimento	Aborda a distância que a forma legal de gestão democrática tem do que é de fato materializado.
17	Gestão democrática e a educação profissional e tecnológica a partir dos pressupostos freireanos	2021 V. 37 n.2	Sandra Terezinha Urbanetz, Eliana Nunes Maciel Bastos	Gestão Democrática. Paulo Freire. Educação Profissional. Democracia	Pesquisas Documentais / Estado do Conhecimento	O texto destaca a gestão democrática como premissa para a realização de uma educação mais igualitária nos âmbitos da educação nacional, principalmente, na Educação Profissional e Tecnológica. Possibilita que a escola técnica não seja apenas um lugar de instrução, mas de formação de sujeitos críticos.
18	Documento curricular da escola bragantina e gestão escolar democrática: um olhar a partir dos princípios educativos freireanos	2021 V. 37 n.2	Rogério Andrade Maciel, Joana d'Arc de Vasconcelos Neves, Marcos Renan Freitas de Oliveira	Gestão Escolar Democrática. Escola Bragantina. Princípios Educativos Freireanos	Estudos Teóricos / Ensaísticos	Concepção de gestão escolar democrática, dialógica, libertadora e crítica.
19	Gestão democrática da educação: o que revelam os dados do projeto da rede estadual paulista?	2021 V. 37 n.1	Ricardo Alexandre Marangoni, Ângelo Ricardo de Souza	Gestão Democrática; Escola Pública; Políticas Educacionais; Representações	Pesquisas Documentais / Estado do Conhecimento	É tratada como um processo que exige mecanismos institucionais de escuta e participação, mas que muitas vezes esbarra em estruturas burocráticas centralizadas.
20	Gestão democrática escolar à luz das ideias de Michel de Certeau	2021 V. 37 n.1	Benedito José de Queiroz, Arilene Maria Soares de Medeiros	Gestão democrática. Escola pública. Cotidiano.	Estudos Teóricos / Ensaísticos	Vista como um campo de forças entre leis e normas e as práticas dos sujeitos.

21	Nova Gestão Pública e Gestão Democrática da Escola: as experiências da primeira fase de implementação do Programa Ensino Médio Inovador	2021 V. 37 n.1	Cleci Körbes, Monica Ribeiro da Silva	Ensino Médio; Programa Ensino Médio Inovador; Gestão Democrática; Nova Gestão Pública.	Pesquisas Documentais / Estado do Conhecimento	É apresentada como um princípio que sofre riscos de esvaziamento quando as escolas passam a focar apenas em metas, indicadores de desempenho e eficiência administrativa.
22	Gestão democrática do ensino público em municípios piauienses: princípios, espaços e mecanismos de participação	2020 V.36 n. 1	Raimunda Maria da Cunha Ribeiro	Gestão democrática. Ensino público. Municípios	Pesquisas Documentais / Estado do Conhecimento	É abordada como um preceito constitucional que exige a criação de condições objetivas (leis e espaços) para que a comunidade possa decidir sobre a escola.
23	A noção de gestão democrática e sua apropriação local: um estudo sobre a legislação de municípios gaúchos	2020 V.36 n. 1	Rosimar Serena Siqueira Esquinsani, Jarbas Dametto, Munir José Lauer	Planos municipais de educação; Gestão democrática; Legislação local	Pesquisas Documentais / Estado do Conhecimento	Aborda como uma noção jurídica que sofre processos de recontextualização. O artigo questiona se a gestão democrática é vista como um princípio ou apenas como uma regra burocrática nas leis locais.
24	Princípios e mecanismos de participação e decisão em sistemas municipais de ensino de Santa Catarina: uma leitura dos artefatos institucionais de democratização da gestão educacional	2020 V.36 n. 1	Elton Luiz Nardi, Marilda Pasqual Schneider, Aline Bettiolo dos Santos, Durlci Maria Bernardon Rebelatto	Gestão democrática da educação básica. Sistemas municipais de ensino. Participação e decisão.	Pesquisas Documentais / Estado do Conhecimento	É compreendida como um processo de descentralização e de compartilhamento do poder decisório, mediado por instrumentos legais que definem as regras do jogo.
25	Gestão democrática do ensino público em Rio das Ostras (RJ): avanços e retrocessos	2020 V.36 n. 1	Alzira Batalha Alcantara, Marcia Lisboa Pfeil	Gestão democrática; Rio das Ostras; Eleição	Pesquisas Documentais / Estado do Conhecimento	Apresentada como um campo de lutas onde direitos conquistados não são permanentes e podem ser revogados ou esvaziados por gestões municipais autoritárias.
26	Gestão democrática da educação, participação política e eleição de diretores: uma análise a partir da experiência das ocupações de escolas no Rio de Janeiro	2020 V.36 n. 1	Rafael Bastos Costa de Oliveira, Virgínia Cecília da Rocha Louzada, Paulo David de Jesus Tostes dos Santos	Gestão democrática da educação; Ocupações de escolas; Participação política; Experiência	Pesquisas de Campo / Estudo de Caso/Relato de Experiência	É vista como uma conquista que não se limita à lei, mas que é exigida e praticada pelos estudantes através de ações diretas quando os canais formais falham.
27	Militarização de escolas públicas no DF: a gestão democrática sob ameaça	2019 V.35 n. 3	Erasto Fortes Mendonça	Gestão democrática, militarização de escolas públicas, política educacional, Distrito Federal.	Pesquisas Documentais / Estado do Conhecimento	Apresentada como um princípio sob ataque. O autor defende que a lógica militar (hierarquia e obediência) é oposta à lógica democrática (diálogo e participação).
28	Sobre os dias atuais: neoconservadorismo, escolas cívico-militares e o simulacro da gestão democrática	2019 V.35 n. 3	André Antunes Martins	Educação, gestão democrática, militarismo, conservadorismo.	Estudos Teóricos / Ensaísticos	Aborda como um conceito que está sendo esvaziado e substituído por uma aparência de ordem e eficiência.
29	Gestão democrática e militarização do ensino: reflexões a partir de um estudo de caso	2019 V.35 n. 3	Carolina Barreiros de Lima, Natalia Barboza Netto, Janaina Moreira Pacheco de Souza	Gestão democrática. Militarização do ensino. Teoria organizacional	Pesquisas de Campo / Estudo de Caso/Relato de Experiência	É tratada como um princípio constitucional (Art. 206 da CF/88) que exige descentralização e participação, o que entra em conflito direto com o modelo militar verticalizado.
30	Contornos da produção acadêmica sobre gestão democrática do ensino público em teses e	2019 V.34 n. 3	Elton Luiz Nardi, Paula Fernanda Silveira Boiago	Gestão democrática; ensino público; educação básica; produção acadêmica.	Pesquisas Documentais / Estado do Conhecimento	É vista como um objeto de estudo consolidado, mas que sofre constantes redefinições dependendo do contexto político.

	dissertações da área da educação (1996-2015)					
31	Gestão e democracia em uma escola pública	2018 V.34 n. 2	Jefferson Marçal da Rocha, Lúcio Jorge Hammes	Educação; Gestão; Escola; Democracia.	Pesquisas de Campo / Estudo de Caso/Relato de Experiência	É vista como um processo em construção permanente.
32	Gestão por resultados e participação da comunidade escolar: a experiência da rede municipal de educação de Belo Horizonte	2017 V.33 n. 3	Luiz Fernando da Silva, Adriana Duarte	Participação, Gestão Escolar, Gestão Gerencial	Pesquisas de Campo / Estudo de Caso/Relato de Experiência	É apresentada como um princípio que sofre erosão diante da lógica da eficiência gerencialista, onde o foco no resultado (metas) atropela os processos democráticos.
33	Dilemas da gestão democrática da educação frente ao contexto da Nova Gestão Pública	2017 V.33 n. 3	Luzenir Poli Coutinho, Rosilene Lagares	Democracia. Política Pública Educacional. Gestão da Educação.	Estudos Teóricos / Ensaísticos	A gestão democrática é um processo que enfrenta oposições tensionantes entre o experienciado historicamente, concepções coexistentes e a disputa na construção de outra realidade. Está sob constante tensão devido à lógica de mercado que tenta reconfigurar o papel da escola e da gestão.
34	O princípio da gestão democrática na educação pública e sua efetivação no âmbito do sistema municipal de ensino de Ponta Grossa-PR	2016 V.32 n. 2	Simone de Fátima Flach, Kelly Letícia da Silva Sakata	Sistema Municipal de Ensino. Gestão Democrática. Participação	Pesquisas Documentais / Estado do Conhecimento	Apresenta-a como um preceito constitucional que exige a superação de práticas centralizadoras, mas que no âmbito municipal muitas vezes fica restrita ao cumprimento formal de leis.
35	Planejamento educacional e gestão democrática: dimensões política e instrumental no PAR	2016 V.32 n. 1	Gilmar Barbosa Guedes, Maria Goretti Cabral Barbalho	Política educacional; planejamento educacional; gestão democrática; PAR; qualidade da educação	Pesquisas Documentais / Estado do Conhecimento	Apresentada como a dimensão política do planejamento, que deveria garantir a participação da comunidade na definição das prioridades locais de investimento.
36	Educação da infância: o lugar da participação da família na instituição educativa	2016 V.32 n. 1	Nancy Nonato de Lima Alves	Educação infantil; políticas públicas; participação familiar; gestão democrática.	Estudos Teóricos / Ensaísticos	Apresentada como um princípio jurídico-político que pressupõe a transparência e o compartilhamento de decisões, mas que enfrenta o desafio de não ser apenas um discurso na Educação Infantil.

Fonte: elaborado pelas autoras (2026).

O *corpus* documental desta pesquisa, constituído por 36 artigos publicados na RBP AE (ver quadro 1), revela um cenário diversificado de investigação, mas com evidente recorrência na temática sobre a gestão democrática, em diferentes contextos. Uma análise quantitativa e temporal das publicações, conforme apresentado na “Tabela 1”, aponta um crescente interesse na temática em meados da década (2019-2021), especialmente quando aliada ao contexto conjuntural.

Tabela 1 - Publicações por ano sobre “Gestão Democrática” na RBP AE (2016-2025)

Ano	Quantidade
2025	2
2024	2
2023	4
2022	1
2021	12
2020	5
2019	4
2018	1
2017	2
2016	3

Fonte: elaborado pelas autoras (2026).

Na análise, encontramos produções relacionadas à gestão democrática, os quais indicam um possível aumento de interesse na temática no período de 2019 a 2021. Percebemos, na exploração do material, que, em 2019, a RBP AE organizou os seguintes dossiês: “Relações contemporâneas entre esferas pública e privada na educação básica: o que dizem pesquisas sobre distintos contextos”, “Educação, ciência e democracia” e “Militarização das escolas públicas no Brasil: um debate necessário”. No mesmo ano, houve a publicação de três exemplares da RBP AE, correspondentes aos três dossiês, e, conforme mencionado anteriormente, a terceira publicação foi dedicada a artigos relacionados à militarização das escolas públicas no Brasil.<sup>5</sup> O editorial daquela publicação revela a importância desse tema no contexto vivenciado.

<sup>5</sup> A militarização do ensino nas escolas públicas brasileiras foi uma das diretrizes centrais do governo do então Presidente Jair Messias Bolsonaro, realizada a partir do Decreto Federal 10.004 de 05 de setembro de 2019, instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Foi, posteriormente, revogado pelo Decreto 11.611 de 19 de julho de 2023, pelo Vice-Presidente da República Geraldo Alckmin, no exercício da Presidência. Essa transição normativa reflete o embate entre modelos distintos de políticas educacionais. O primeiro valorizava a gestão de cunho militarista e o segundo busca a retomada dos princípios de gestão democrática e civil previstos na LDB e na Constituição Federal.

[...] ao escolhermos provocar o debate sobre a militarização das escolas, processo que ganhou destaque na política educacional brasileira, com a posse do atual governo federal e a proposição e fomento de um modelo de escola chamado “cívico-militar”, pretendemos trazer para discussão da e na sociedade brasileira, um processo que vem colocando em risco, não só a escola pública, mas a educação de forma mais ampla, a formação das próximas gerações e a própria democracia. (Santos *et al.*, 2019, p 582).

Posteriormente, em 2020, apresentou, no volume 36, n.1, publicações que trouxeram análise de legislações e experiências sobre a gestão democrática na América Latina e no Brasil, dando visibilidade a estudos em diferentes regiões do país. Após contextualizar brevemente a presença da gestão democrática na educação brasileira, o editorial aponta a necessidade de focar no âmbito municipal, já que essa esfera de governo tem a tarefa de colocar em prática o que prescreve a Constituição Federal a respeito da gestão democrática. Para isso,

o dossiê tem como foco principal o âmbito municipal, mas não excludente de outras práticas, e mira nas condições político-institucionais formalizadas em nível local a fim de responder à incumbência do município em traçar normas e patrocinar a democratização da gestão do ensino público na educação básica. (Schneider *et al.*, 2020, p. 10).

Constatamos que o grande avanço nas publicações sobre a temática aconteceu em 2021. Naquele ano, a RBPAE teve três publicações correspondentes ao volume 37 e, especialmente, a número 2 foi uma edição especial em homenagem ao centenário de Paulo Freire, Patrono da Educação Brasileira (Lei nº 12.612/2012). O Editorial do dossiê recupera ideias freireanas a respeito da gestão da educação, considerando a sua experiência de vida e atuação na gestão educacional. Diante do cenário político e educacional vivenciado no período, como a valorização da competência técnica, as publicações sobre a gestão democrática apresentam um contraponto para a consolidação de práticas mais participativas e emancipadoras na gestão democrática, refletindo e analisando as contribuições de Freire para a gestão democrática. Neste sentido, a

afirmação freireana de que a “educação é um ato político” indica, desde logo, implicações de sua obra com a gestão e com a política educacional. Também, expressa ideia e concepção de educação diretamente envolvida com a organização da vida coletiva, que se contrapõe a qualquer proposta embasada em valores individualistas. (Silva *et al.*, 2021, p. 586).

Desse modo, as publicações do referido volume refletem o esforço da revista em discutir a gestão pública e a democracia em um cenário de tensões políticas e sanitárias<sup>6</sup>. A grande quantidade de publicações entre 2020 e 2021 indica que foi o período de maior movimento e discussão teórica sobre o tema na RBPAE nos últimos dez anos. Em contrapartida, observamos que os anos de eleições nacionais e transições políticas (2018 e 2022) apresentaram a menor frequência de publicações sobre a temática no recorte analisado, registrando apenas uma ocorrência em cada ano. Isso pode indicar um tempo de espera da

---

<sup>6</sup> O cenário mencionado refere-se ao período da pandemia de COVID-19, iniciado em março de 2020, que impôs desafios sem precedentes à educação brasileira. Além da crise sanitária, o cenário foi marcado por grandes tensões políticas e pela necessidade de reorganização do trabalho pedagógico e administrativo em virtude do distanciamento social.

academia para analisar os novos cenários que se formavam, especialmente, voltados para as políticas educacionais que incidem sobre a gestão democrática. Posteriormente (2024-2025), foi registrada a publicação de dois artigos por ano, o que indica que o tema permanece relevante, ainda que com um ritmo mais estável do que no período de maior produção sobre a temática.

Ademais, observamos que os termos “conselho escolar” e “participação”, geralmente, relacionados à atuação em colegiados, aparecem de forma recorrente nas discussões apresentadas nas publicações. Frente a essas constatações, aprofundamos a análise e, por meio de uma classificação *a posteriori*, identificamos as principais abordagens de pesquisa e estudo presentes nas publicações, o que permitiu organizar o *corpus* documental em três dimensões predominantes, conforme apresentado na “Tabela 2”.

Tabela 2 - Abordagem investigativa das publicações sobre “Gestão Democrática” na RBPAE (2016-2025)

<b>Natureza do estudo</b>	<b>Quantidade de publicações</b>
Pesquisas Documentais / Estado do Conhecimento	18
Estudos Teóricos / Ensaísticos	10
Pesquisas de Campo / Estudo de Caso/Relato de Experiência	8

Fonte: elaborado pelas autoras (2026).

A pesquisa documental consolidou-se como a de maior recorrência, constando como escolha metodológica em um número expressivo de publicações. Tal achado pode indicar que há um movimento dos pesquisadores em analisar fontes primárias, no caso, a legislação e os marcos regulatórios sobre a gestão democrática, a exemplo de Massena *et al* (2025) e Marangoni e Souza (2021). Isso revela que a gestão democrática está sendo debatida sob o viés da institucionalização, ou seja, como ela tem sido transformada em regras, leis para serem aplicadas nos diferentes contextos da educação. A predominância dos estudos de natureza documental também evidencia um esforço acadêmico em acompanhar a implementação das diretrizes legais da gestão democrática em diferentes redes de ensino.

Com um número significativo de publicações, encontramos aquelas de cunho teórico e/ou ensaístico, as quais fornecem um suporte analítico e epistemológico às discussões sobre a gestão democrática. Tais estudos apresentam críticas ao neoconservadorismo, conforme o artigo de Martins (2019), e à Nova Gestão Pública (NGP), a exemplo de Coutinho e Lagares (2017), fornecendo o suporte epistemológico para os outros estudos. Nessa categoria de pesquisa, destacamos também o estudo de Alves (2016), que apresenta reflexões sobre a participação na gestão da Educação Infantil, etapa inicial da educação básica, que atua sob os mesmos princípios legais da gestão democrática, mas ainda pouco pesquisada.

A presença de pesquisas de campo, estudos de caso e relato de experiências demonstra que as publicações preocupam-se em ouvir os sujeitos, conforme as pesquisas de Silva e Duarte (2017) e De Lima *et al* (2019), trazendo a perspectiva dos atores da escola para o periódico. Neste sentido, fornecem a base empírica necessária para confrontar o discurso legal com a prática cotidiana das escolas, investigando como essas normas são aplicadas no

cotidiano escolar, enquanto os ensaios teóricos cumprem o papel de tensionar os conceitos de democracia frente ao avanço de modelos gerencialistas.

Com base nas análises realizadas, discorreremos, na próxima seção, sobre algumas temáticas em destaque nas publicações, com ênfase para os debates que tratam do enfraquecimento da gestão democrática e naqueles que representam uma resistência desse princípio democrático.

#### 4 TEMAS EM DESTAQUE: A DEMOCRACIA EM “PERIGO” E AS CONTRIBUIÇÕES DE FREIRE PARA O APRIMORAMENTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

As publicações analisadas mostram que a gestão democrática é compreendida como **princípio constitucional e normativo**, frequentemente, limitado por regulações insuficientes e por modelos centralizadores; como **processo político, pedagógico e ético**, sustentado no diálogo e na formação crítica; e como **participação e abertura da escola**, baseada na escuta e no compartilhamento de decisões. Também aparece como **campo de disputa, tensão e resistência**, atravessado por conflitos políticos e pela influência de lógicas privadas, em **oposição à lógica militar**, que contraria a autonomia e a dialogicidade. Além disso, em alguns casos, surge como **discurso instrumentalizado** pelo Estado e, de modo geral, é tratada como **objeto de estudo em transformação**, sensível às mudanças do contexto político e institucional.<sup>7</sup>

Destacamos a presença de temáticas que sinalizam um tensionamento em relação à gestão democrática, especialmente ao apontarem barreiras para a sua efetivação. Conforme Paro, o processo de democratização no interior da escola pressupõe que “à medida que o horizonte se articula com os interesses dominados, o processo de transformação da autoridade deve constituir-se no próprio processo de conquista da escola pela classe trabalhadora” (Paro, 2023, p. 45).

Em oposição a essa perspectiva de conquista, atua no interior da escola e nos espaços legislativos, uma lógica que, embora defenda o discurso democrático, restringe a sua efetivação. Tal lógica recorre a estratégias como a adequação dos processos de gestão à necessidade da sociedade atual, ou seja, submeter-se à demanda mercadológica, tendo, como fundamento, o discurso de fracasso da escola pública.

Nessa perspectiva, encontramos as publicações que destacam os movimentos relacionados à militarização do ensino nas escolas públicas brasileiras, uma temática recorrente nos últimos 5 anos (após 2018), evidenciando uma mudança significativa nas representações da gestão. As pesquisas que se dedicaram a esse tópico apontam aspectos que têm levado a uma crescente na expectativa de que o projeto de militarização do ensino público seja a solução para problemas como a violência escolar ou para resultados positivos na aprendizagem (Martins, 2019). De modo distinto, os resultados da investigação de Goulart e Patti do Amaral (2023, p. 15) ressaltam o apagamento do “poder de criticidade de gerações”, a “redução da democracia a um *slogan*” e a “doutrinação à obediência”. As análises de Alves e Reis alertam para os retrocessos e ameaças de tal política, acrescentando que o Decreto Federal 10.004/2019 “representa uma ruptura com o princípio da gestão democrática da educação pública” (Alves e Reis, 2021, p. 821). Já o estudo de Mendonça (2019) demonstra o

---

<sup>7</sup> Embora tais categorias constituam o panorama geral identificado na pesquisa, o foco desta seção recai sobre os dois dossiês centrais, dedicados à democracia em risco e às contribuições de Paulo Freire para a gestão democrática.

tensionamento entre o governo, que impõe o projeto de militarização no Distrito Federal, chamado de “Gestão Compartilhada”, e os sujeitos que questionam a sua legalidade e apontam o confronto com os princípios da gestão democrática.

Do mesmo modo, Martins afirma que

o simulacro da gestão democrática foi a forma encontrada para dar uma aparência de legalidade às parcerias com as instâncias militares. Isso se deve ao fato de a gestão democrática ser um preceito constitucional; sendo assim, ainda que formalmente, ela deve figurar nos princípios anunciados dos documentos que regulamentam essas parcerias, mesmo que, de fato, não haja intenção de se vivenciá-la. (Martins, 2019, p. 697).

Assim como a publicação de Mendonça (2019) ao indicar que movimentos coletivos detêm mais força para questionar certas decisões e imposições, De Lima, Netto e Souza defendem “que qualquer medida educacional sem o envolvimento da comunidade escolar está fadada ao fracasso” (2019, p. 840). Tais reflexões apontam para um pensamento de resistência em favor da gestão democrática, visto que, nela, estão inerentes elementos como participação e decisões colegiadas. Desse modo, salientamos, conforme identificado em diversas publicações da RBPAE localizadas em nossa pesquisa, o pensamento de Paulo Freire como o principal subsídio teórico para contrapor os movimentos contrários à gestão democrática na escola, entendendo que, nesse conceito, estão presentes a autonomia e a participação como princípios intrínsecos.

Para Alves e Reis, o “pensamento freireano fornece uma chave para a compreensão de questões sociais, políticas e educacionais também nos dias de hoje” (2021, p. 812). As autoras afirmam que

Inicialmente, parece importante registrar que o fato de o termo “gestão democrática”, tal como conhecemos hoje, não ser recorrente nos escritos de Freire não significa que o tema não tenha sido explorado em sua obra. Apesar de existirem poucos trechos em que a ideia de gestão democrática aparece de forma explícita, pontual e direta, o conjunto de seus escritos permite identificar a existência de uma concepção freireana de gestão democrática. (Alves e Reis, 2021, p. 813).

Paulo Freire escreve especialmente aos educadores, propondo um convite à criticidade, à rigorosidade metódica e ao respeito aos saberes e à autonomia dos educandos. A sua perspectiva enfatiza a tomada consciente de decisões, exercida com alegria, esperança e generosidade (Freire, 1996). Tais conceitos fundamentam, simultaneamente, os princípios democráticos, sendo aplicáveis tanto ao cotidiano da escola, onde o educador atua com sujeitos em construção, quanto aos espaços de formulação de políticas públicas. Assim, a realidade escolar torna-se o espaço de onde devem emanar as leis, partindo das demandas da própria sociedade. O autor reconhece a herança autoritária da nossa sociedade e busca romper com toda forma de discriminação, seja no ambiente pedagógico ou fora dele. Para Freire,

fazendo educação numa perspectiva crítica, progressista, nos obrigamos, por coerência, a engendrar, a estimular, a favorecer, na própria prática educativa, o exercício do direito à participação por parte de quem esteja direta ou indiretamente ligado ao que fazer educativo. (Freire, 2024, p. 77).

Diante do exposto, o legado de Freire destaca-se como um instrumento de fortalecimento da educação. As suas palavras expressam um pensamento de resistência, persistência e luta contra o silenciamento da educação pública, numa prática educativa que vai além da escola e que possibilite o exercício da democracia em todos os espaços da sociedade. Confirma, portanto, a importância do dossiê, no contexto das lutas e resistências que atravessam a educação pública.

Em síntese, a análise dos dossiês evidencia tanto o avanço de práticas que fragilizam a democracia na escola quanto a permanência de referenciais que reafirmam a gestão democrática como princípio irrenunciável. Esse contraste sintetiza o movimento observado nas publicações analisadas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados permitiu visualizar, de forma nítida, como as publicações sobre a gestão democrática estão presentes na RBPAAE. Entre os anos de 2016 e 2025, a temática manteve-se central, demonstrando a sua importância e os tensionamentos entre a teoria e a prática, entre legislação e aplicação, bem como entre a efetividade e a imposição de novos conceitos e tendências. O estudo demonstrou que existe uma forte tendência de que a gestão democrática esteja presente em documentos e discursos, impulsionada, predominantemente, pela exigência de um cumprimento legal.

No recorte temporal analisado, a recorrência da temática demonstrou o interesse da academia em acompanhar os desdobramentos e as implicações da efetivação da gestão democrática nos sistemas e instituições de ensino. Fica evidenciada, no entanto, a sua forte presença enquanto demanda legal, sem a devida aplicação prática, conforme a construção teórica e epistemológica sobre a sua relevância. A investigação também identificou quais temáticas associam-se às discussões sobre gestão democrática e como refletem os tensionamentos e conflitos na área da educação pública. Tais achados sugerem que é possível aprofundar o debate em alguns aspectos específicos da área. A diversidade dos estudos analisados revela um campo maduro que transita entre a denúncia, a verificação documental e a reflexão teórica, contribuindo para o fortalecimento da gestão democrática.

Destacamos ainda que, sendo a RBPAAE vinculada à ANPAE, as suas publicações funcionam não apenas como veículo de divulgação científica, mas também como espaço de defesa da gestão democrática e da educação pública, reafirmando o compromisso institucional da Associação com esses princípios.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Miriam Fábria; REIS, Livia Cristina Ribeiro dos. Militarização de escolas públicas: reflexões à luz da concepção freireana de gestão democrática da educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. l.], v. 37, n. 2, p. 810–831, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/113221>. Acesso em: 24/02/26.

ALVES, Nancy Nonato de Lima. Educação da infância: o lugar da participação da família na instituição educativa. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. l.], v. 32, n. 1, p. 267–285, 2016. Acesso em 05/02/26.

ANPAE. **Simpósios**. Disponível em: <https://anpae.org.br/simposio2023/simposios.html>. Acesso em 08/04/26.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 23/03/26.

BRASIL. DECRETO Nº 10.004, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019. **Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/d10004.htm#:~:text=D10004&text=Institui%20o%20Programa%20Nacional%20das%20Escolas%20C%C3%ADvico%20Militares.&text=DISPOSI%C3%87%C3%95ES%20GERAIS-.Art.,fundamental%20e%20no%20ensino%20m%C3%A9dio](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10004.htm#:~:text=D10004&text=Institui%20o%20Programa%20Nacional%20das%20Escolas%20C%C3%ADvico%20Militares.&text=DISPOSI%C3%87%C3%95ES%20GERAIS-.Art.,fundamental%20e%20no%20ensino%20m%C3%A9dio). Acesso em 25/02/26.

BRASIL. DECRETO Nº 11.611, DE 19 DE JULHO DE 2023. **Revoga o Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, que institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11611.htm#art1](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11611.htm#art1). Acesso em 25/02/26.

BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 23/03/26.

BRASIL. Lei nº 12.612/2012, DE 13 DE ABRIL DE 2012. **Declara o educador Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/12612.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12612.htm). Acesso em 24/02/26.

BRASIL. LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/13005.htm). Acesso em 23/03/26.

COUTINHO, Luzenir Poli; LAGARES, Rosilene. Dilemas da gestão democrática da educação frente ao contexto da Nova Gestão Pública. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. l.], v. 33, n. 3, p. 835–849, 2017. Acesso em 05/02/26.

DE LIMA, Carolina Barreiros de; NETTO, Natalia Barboza; SOUZA, Janaina Moreira Pacheco de. Gestão democrática e militarização do ensino: reflexões a partir de um estudo de caso. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. l.], v. 35, n. 3, p. 828, 2019. Acesso em: 24/02/26

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 12 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2024

GOULART, Janaina Moreira de Oliveira; PATTI DO AMARAL, Daniela. Militarização de escolas e a gestão democrática: os sentidos da desdemocratização do ensino público. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela**

ANPAE, [S. 1.], v. 39, n. 1, 2023. Disponível em:  
<https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/128742>. Acesso em: 24/02/26.

MARANGONI, Ricardo Alexandre; SOUZA, Ângelo Ricardo de. Gestão democrática da educação: o que revelam os dados do projeto da rede estadual paulista? **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. 1.], v. 37, n. 1, p. 63–86, 2021. Acesso em: 04/02/26.

MARTINS, André Antunes. Sobre os dias atuais: neoconservadorismo, escolas cívico-militares e o simulacro da gestão democrática. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. 1.], v. 35, n. 3, p. 689, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/94577>. Acesso em: 24/02/26.

MASSENA, Juliana; SARAIVA, Mateus; SALERNO, Guilene; LUCE, Maria Beatriz. A regulamentação para eleição de diretores na Rede Municipal de Porto Alegre: gestão democrática à prova. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. 1.], v. 41, n. 1, 2025. Acesso em 04/02/26

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Tradução de Antônio Agenor Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 1999.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Militarização de escolas públicas no DF: a gestão democrática sob ameaça. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. 1.], v. 35, n. 3, p. 594, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/96052>. Acesso em: 24/02/26.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Discurso de Abertura XXX Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. 1.], v. 37, n. 3, p. 1533–1542, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/120722>. Acesso em: 10/02/26.

PARO, Vitor Henrique. A utopia da gestão escolar democrática. *In. Gestão, política, economia e ética na educação*. São Paulo: FEUSP, 2023. (44-50) Disponível em: <https://vitorparo.com.br/livro/gestao-politica-economia-e-etica-na-educacao/> Acesso em: 25/01/26.

RBP AE. Sobre nós. **REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO (RBP AE)**. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/about>. Acesso em 14/02/2026.

SANDER, Benno. **Introdução à história da ANPAE como sociedade civil no campo da educação**. Disponível em:  
<https://anpae.org.br/website/wp-content/uploads/2024/06/Estudos-1-Benno-Sander.pdf>.  
 Acesso em: 14/02/26.

SANTOS, Catarina de Almeida; ALVES, Miriam Fábria; MOCARZEL, Marcelo; MOEHLECKE, Sabrina. Militarização das escolas públicas no Brasil: um debate necessário. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. 1.], v. 35, n. 3, p. 580, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/99295>. Acesso em: 08/04/26.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual; FLACH, Simone; MOCARZEL, Marcelo; MOEHLECKE, Sabrina. Gestão democrática do ensino público: as regras do jogo no campo educacional. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. l.], v. 36, n. 1, p. 9–14, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/102946>. Acesso em: 08/04/26.

SILVA, Ana Lucia Calbaiser da; FARIAS, Jaime; ROTHEN, José Carlos. O discurso da gestão democrática na Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (1995-2004). **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. l.], v. 31, n. 3, p. 681–696, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/60145>. Acesso em: 14/02/2026

SILVA, Itamar Mendes da; ARELARO, Lisete; MOCARZEL, Marcelo Siqueira Maia Vinagre; MOEHLECKE, Sabrina. EDITORIAL: PAULO FREIRE E A GESTÃO EDUCACIONAL. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. l.], v. 37, n. 2, p. 585–595, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/117851>. Acesso em: 09/04/26.

SILVA, Luiz Fernando da; DUARTE, Adriana. Gestão por resultados e participação da comunidade escolar: a experiência da rede municipal de educação de Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. l.], v. 33, n. 3, p. 751–769, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/79306>. Acesso em: 06/02/26.

SILVEIRA, Telma Aparecida Teles Martins; ARAÚJO, Caroline Silva. Gestão democrática na Educação Infantil: uma análise da RBP AE no período de 2000 a 2012. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. l.], v. 31, n. 3, p. 697–717, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/63816>. Acesso em: 14/02/26.